



PIETRO E-COMMERCE LTDA  
CNPJ 48.878.990/0001-91 – IE 26.206.049-3  
Rua 1139, 664, Bairro Itajuba  
Barra Velha/SC, CEP 88.390-000  
juridico@pietropneus.com.br  
Fone: (47) 3842-2955

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ.**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 63/2025.**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 107/2025.**

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:** 15 de setembro de 2025.

**OBJETO:** Registro de preços para aquisições de peças e serviços com critério de maior percentual de desconto utilizando a tabela TRAZ VALOR.

**PIETRO E-COMMERCE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 48.878.990/0001-91 e Inscrição Estadual n. 262.060.493, estabelecida à Rua 1139, n. 664, Bairro Itajuba, em Barra Velha/SC, CEP 88390-000, representada neste ato por seu proprietário, Sr. Antonio Raimundo Guedes, portador da cédula de identidade n. 8.065.355-8/SSP/SP e CPF n. 996.860.238-87, com endereço para intimações na sede da pessoa jurídica e no endereço eletrônico juridico@pietropneus.com.br, vem, com fundamento nos dispositivos da Lei n. 14.133/21 e demais aplicáveis à matéria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelas razões fáticas e jurídicas que seguem.

A licitação possui duas finalidades precípuas, consistentes na obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público e a concessão de iguais oportunidades a todos os que pretendem contratar com a Administração Pública, em consonância ao princípio da isonomia.

Esses objetivos somente são atingidos, no entanto, diante da ampla competitividade entre todos os participantes do certame, que de maneira leal acudam à licitação, se habilitem e apresentem suas propostas exatamente como determinam as regras do Edital e legislação pertinente à matéria.

Infere-se que no Instrumento Convocatório há as seguintes previsões:

## 1. Objeto:

1.1. Registro de Preços para aquisições de peças e serviços com critério de maior percentual de desconto utilizando a tabela TRAZ VALOR, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS – LINHA LEVE								
LOTE	ITEM	QTD/VALOR ESTIMADO	UN	COD. PMCV	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	PERCENTUAL MÍNIMO ESTABELECIDO*	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	1	150.000,00	UN	23721	PECAS <b>MECANICAS</b> <b>NOVAS</b> , ORIGINAL E/OU GENUÍNA PARA REPOSICOES NECESSARIAS A EXECUCAO DOS SERVICOS CORRESPONDENTES A <b>LINHA LEVE</b> , INCLUINDO HIDRAULICO, USINAGEM, RETIFICA E RECUPERAÇÃO DE MOTORES, RADIADORES, HIDRAULICO, OLEO E FILTROS	NÃO SE APLICA	11,12%	150.000,00
1	2	75.000,00	UN	23734	SERVIÇO <b>HORA HOMEM</b> TRABALHADO MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA/ RECUPERATIVA PARA <b>LINHA LEVE</b>	NÃO SE APLICA		75.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01								225.000,00

Página 01 do Termo de Referência – Anexo I

12.1. Declaração emitida pelo representante legal da Empresa licitante de que **possui ou providenciará oficina** com espaço físico fechado, que comportem os veículos e máquinas em perfeita segurança com disponibilidade de equipamentos, ferramentas e pessoal técnico adequado a realização dos serviços, no qual deve estar localizado a um raio de 80 (oitenta) quilômetros da Sede da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

Página 16 do Termo de Referência – Anexo I

Tem, porém, que o **critério de julgamento por lote**, aglutinando o fornecimento de peças e a realização de serviço, sem a devida justificativa técnica, bem como, a exigência de que a licitante vencedora possua ou providencie **oficina em um raio de 80 (oitenta) quilômetros da Sede da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida**, apresentam-se como medidas restritivas, ilegais e prejudiciais à economicidade do certame, conforme será exposto na sequência.

## I. DO MÉRITO.

## **I.I. DO AGRUPAMENTO EM LOTES DO OBJETO LICITADO, AGLUTINANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS.**

Inicialmente, infere-se que, para a elaboração dos Instrumentos Convocatórios, a Administração deve estabelecer, dentre os outros, estudo técnico preliminar para definição dos métodos de execução do objeto.

De acordo com a previsão contida no inciso XX do artigo 6º da Lei n. 14.133/21, considera-se estudo técnico preliminar:

[...] documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.  
[...]

Assim, a Lei de Licitações menciona que os estudos técnicos preliminares são obrigatórios e devem considerar e descrever todas as alternativas existentes no mercado capazes de atender a demanda administrativa que motiva a contratação e, com fundamento em análise valorativa-comparativa, apontar qual é a melhor opção sob o ponto de vista técnico e econômico para solucionar o problema.

Deste modo, **o agrupamento do objeto em lotes deve ser precedido de um estudo técnico que demonstre, indubitavelmente, dois elementos essenciais: a vantajosidade econômica de tal critério de disputa e a inviabilidade técnica de subdivisão do objeto por item.**

No entanto, a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar não demonstra de maneira suficiente tais elementos, tampouco justifica, de forma adequada, a exclusão de empresas especializadas no fornecimento das peças.

**É indiscutível, portanto, que uma licitação subdividida por itens de produtos e itens com a prestação de serviços, onde cada qual é representado de forma autônoma, possibilita uma ampliação da disputa, atraindo um número maior de fornecedores, que poderão focar especificamente nos objetos que possuam o melhor preço e que fazem parte de seu segmento comercial.**

Assim, a aglutinação da aquisição de produtos e prestação de serviços, impede a participação de empresas especialistas na comercialização de peças, que não consigam efetivar a prestação dos serviços.

Tem-se, ainda que tal ato, **atinge a economicidade do certame**, ao passo que atenta contra a ampla competitividade e cria óbices ao alcance da equação custo-benefício, tendo em vista que, cerceada a competição, os preços serão mais elevados, gerando malefícios ao Erário.

Logo, para o presente caso, torna-se evidente que a Administração Pública ao adotar a realização do certame licitatório por meio da divisão em itens, separando produtos e serviços, permitirá que as empresas especializadas na comercialização de peças participem da disputa apenas nos itens de seu interesse.

Portanto, a ausência de justificativas técnicas e econômicas para a aglutinação de fornecimento de produtos e prestação de serviços no mesmo lote, compromete a busca pela proposta mais vantajosa, razão pela qual faz-se necessária a divisão do lote conforme sua natureza.

### **I.II. DA DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA IMPOSTA**

O Instrumento convocatório estabelece que a empresa vencedora do certame **deve apresentar declaração de que possua ou providencie oficina em um raio de 80 (oitenta) quilômetros da Sede da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.**

Entende-se que referido ponto se justifica devido a prestação de serviços. Todavia, a Municipalidade não necessitaria impor delimitação geográfica no presente pregão caso tivesse optado pela adequada divisão do objeto em itens, medida que atenderia ao interesse público sem restringir a competitividade.

A exigência ora impugnada, ao estabelecer limite geográfico para a participação, inviabiliza a participação de empresas de outras localidades que, embora plenamente aptas a fornecer as peças com eficiência e agilidade, acabam indevidamente afastadas do certame.

Para além disso, cumpre elucidar que a discussão ora abordada não disserta acerca da legalidade da aplicação do critério da regionalidade nos Processos

Licitatórios, mas, quanto à **ausência de regulamentação para a realização do procedimento exclusivo regional.**

Em síntese acerca da questão, vislumbra-se que a limitação geográfica não encontra resguardo legal, visto que o Edital é regulamentado pela Lei Complementar 123/06, que somente autoriza a Administração a conceder prioridade de contratação às empresas sediadas local ou regionalmente.

Nesse sentido, tem-se que cada Administração deverá regulamentar o tratamento favorecido exclusivo regional e a forma de sua aplicação com base em Lei Federal, além de estabelecer os parâmetros da referida localidade e justificar tecnicamente a necessidade de limitar a competição às empresas locais ou regionais. **Entretanto, a Municipalidade não apresentou qualquer regulamentação acerca da possibilidade de aplicação do procedimento exclusivo regional.**

A Lei nº 14.133/2021, que institui as normas para licitações e contratos administrativos, é clara ao vedar a adoção de práticas que restrinjam o caráter competitivo do certame. O artigo 5º da referida lei estabelece que a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da **isonomia**, da **impeccabilidade** e da **busca pela proposta mais vantajosa**.

Ademais, o artigo 9º, inciso I, da mesma lei, veda expressamente ao agente público "admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório".

A exigência de localização geográfica específica, sem uma justificativa técnica plausível e indispensável para o cumprimento do objeto, constitui uma barreira de entrada artificial, que direciona o certame para um universo limitado de fornecedores locais. Tal prática viola diretamente os princípios da isonomia, fazendo distinção injustificada entre os licitantes; e da competitividade, ante a redução do número de potenciais concorrentes, diminui a probabilidade de obter a proposta mais vantajosa, gerando potencial prejuízo ao erário.

O entendimento encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

Representação da Lei de Licitações. Município de Santo Antônio da Platina. Pregão Eletrônico nº 49/2025. Formação de registro de preços para aquisição de baterias. Restrição territorial injustificada. Prazo exíguo de entrega. Cautelar concedida. Despacho nº 1165/25. Homologação.

**[...]Inexiste indícios de que a área de abrangência delimitada para a localização das empresas – de até 30 km de distância do Município de Santo Antônio da Platina – seja produto de estudo que demonstrou coerência e razoabilidade na fixação de tal perímetro. Ausente normativa local tratando de hipóteses de exclusividade de microempresas e empresas de pequeno porte, é bastante plausível a hipótese de que a indicação da distância foi, no mínimo, furtiva.** A justificativa apresentada, no sentido de que a delimitação territorial é necessária por conta da facilidade de logística para a substituição célere do objeto, além de promover restrição que poderia ficar a cargo dos próprios interessados – que estimam, por si só, o benefício de integrar ou não o certame –, não é coerente com a natureza do bem licitado. [...] Outras empresas, fora do raio de distanciamento delimitado, são plenamente capazes de executar o mesmo objeto, e poderiam ser potencialmente interessadas no certame. [...] (Acórdão Nº 2157/25 - Tribunal Pleno. Conselheiro Ivan Lelis Bonilha. Julgado em 14 de agosto de 2025. – Grifo nosso)

Assim, as exigências de habilitação devem se ater ao estritamente necessário para garantir a execução do contrato, sendo vedadas cláusulas que, de forma oblíqua, funcionem como fator de exclusão de potenciais interessados.

A ilegalidade de cláusulas que impõem barreiras geográficas é matéria pacificada nos Tribunais de Contas:

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. PREGÃO PRESENCIAL OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E BICOS PARA PNEUS SEM CÂMARA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA REPRESENTAÇÃO. RETIFICAÇÃO DO EDITAL. Condicionamento de prestação de serviços de montagem no fornecimento dos produtos licitados. **Impossibilidade de exigir limitação geográfica em licitação de pneus. (...)Da mesma forma procedente a crítica referente à imposição de que as interessadas em participar do certame estejam sediadas no perímetro urbano de Leme, uma vez que tratam de “situações que já foram rechaçadas por esta E. Corte,** em face de afrontar o art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, a exemplo das decisões proferidas no TC 05602.989.21-2 e TC013776.989.21-2 (...). (TCE/SP, Acórdão n. 885335/2022, Processo n. 16147.989.22, Relator Cons. Antônio Roque Citadini, julgado em 24/08/2022) (grifei).

O Tribunal de Contas da União respondeu a um consulente através do Acórdão n. 2.957/2011 que, nos Editais de licitação em que for conferido o tratamento diferenciado previsto no inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006, **não se deve restringir o universo de participantes às empresas sediadas no Estado em que estiver localizado o Órgão ou a entidade licitante.**

Para além disso, a delimitação geográfica imposta, acaba por ferir o princípio da economicidade visto que, para que sejam atendidos os requisitos presentes no Instrumento Convocatório, a Municipalidade deverá arcar com preços consideravelmente maiores, em razão da ínfima quantidade de licitantes aptos a atender as necessidades do Órgão nos limites estabelecidos.

Com isso, a cláusula mencionada apenas limita o caráter competitivo do certame, de forma injustificada, atuando em divergência com a Lei Federal que rege o instituto das Licitações, especialmente ferindo os princípios da isonomia, vantajosidade e economicidade do procedimento, devendo, portanto, ser afastada.

## **II. DOS PEDIDOS.**

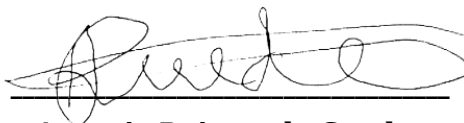
Ante ao exposto, requer:

a) O provimento da presente Impugnação, amparada nas razões acima expostas, requerendo a retificação do Edital quanto a aglutinação de produtos e serviços em um único lote, subdividindo-os por itens específicos para o fornecimento de produtos e itens específicos para a prestação de serviços, onde cada qual é representado de forma autônoma, possibilitando a ampliação da disputa;

b) A retificação do edital quanto a delimitação geográfica imposta;

c) a intimação da empresa acerca da Decisão desta Impugnação no e-mail: juridico@pietropneus.com.br.

Nestes termos, pede deferimento.  
Barra Velha/SC, 08 de setembro de 2025.



**Antonio Raimundo Guedes**  
Representante legal